

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0387 – 23/12 à 27/12/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Novo Caged: Acumulado do ano atinge mais de 2,2 milhões de empregos formais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/12/2024

Em novembro o país gerou 106.625 novos postos de trabalho formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados, nesta sexta-feira (27), pelo secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Francisco Macena. O número é resultado de 1.978.371 admissões e 1.871.746 desligamentos. O acumulado de janeiro a novembro deste ano é de 2.224.102 empregos.

No acumulado dos últimos 12 meses (dezembro de 2023 a novembro de 2024) o saldo é de +1.772.862, resultado 22,2% maior que o saldo observado no período de dezembro de 2022 a novembro de 2023 (+1.450.778).

Grupamentos econômicos

Nos grupamentos econômicos, em novembro dois dos cinco registraram saldos positivos: comércio (+94.572) e serviços (+67.717). Destacam-se o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios com 21.889 postos de trabalho; o comércio varejista de mercadorias em geral - com predominância de produtos alimentícios - com 15.080 vagas; e o comércio varejista de calçados, com 10.579 novos postos. Já na indústria (-6.678), na agropecuária (-18.887) e na construção civil (-30.091) registraram saldos negativos, todos associados à sazonalidade das atividades.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF lança novo número da Revista Suprema](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/12/2024

O novo número [Suprema – Revista de Estudos Constitucionais](#) foi lançado nesta sexta-feira (27) e já está disponível para acesso em versão digital. A Suprema encerra o ano com o dossiê temático “200 anos do Constitucionalismo no Brasil: passado, presente e futuro”. Os artigos retratam o caminho enfrentado pelo país desde o Império até a sólida democracia inaugurada pela Constituição de 1988.

[STF vai decidir se federação sindical pode propor ação coletiva na falta de sindicato local](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/12/2024

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se as federações sindicais têm legitimidade para propor ação coletiva quando não houver sindicato representativo da categoria na região. Por maioria, o Plenário Virtual reconheceu a repercussão geral da matéria, discutida no Recurso Extraordinário com Agravo [\(ARE\) 1520376](#) (Tema 1.355). Assim, a tese a ser fixada quando o mérito for julgado deve ser aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça.

Notícias do Executivo

[MTE fecha 2024 com avanços históricos no mercado de trabalho e políticas públicas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/12/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem alcançado resultados significativos, consolidando sua relevância na mediação de temas essenciais como geração de empregos, combate à precarização do trabalho, igualdade salarial e os desafios impostos pela inteligência artificial. Entre os principais destaques desse balanço preliminar, está a redução do desemprego, que caiu para 6,2% no trimestre encerrado em outubro, de acordo com a PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[Presidente Lula sanciona Lei Paul Singer de Economia Solidária](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/12/2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.068/2024, conhecida como Lei Paul Singer de Economia Solidária, em homenagem ao economista que dedicou sua vida à promoção da economia solidária no Brasil. A nova legislação estabelece a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), marcando um momento histórico ao criar o primeiro marco regulatório para o setor no país.

[Portaria sobre trabalho em feriados entrará em vigor em julho de 2025](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/12/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prorrogou para 1º de julho de 2025 a entrada em vigor da Portaria nº 3.665/2023, que regulamenta o trabalho em feriados no comércio. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira, 20

de dezembro de 2024. Originalmente publicada em novembro de 2023, a Portaria restabelece a legalidade em relação ao trabalho em feriados, considerando que o tema, no caso do comércio, é regulamentado pela Lei nº 10.101/2000, alterada pela Lei nº 11.603/2007.

[Estudo do MTE aponta redução de 22,5% no número de crianças e adolescentes nas piores formas de trabalho infantil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/12/2024

Estudo preliminar realizado pela Auditoria Fiscal do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontou uma redução expressiva de 22,5% no número de crianças e adolescentes envolvidos nas piores formas de trabalho infantil, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do IBGE. A PNAD 2023 foi publicada em outubro de 2024.

[Calendário de pagamentos 2025 já está disponível](#)

Ministério da Previdência Social - 23/12/2024

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem conferir a data em que receberão o pagamento de seus benefícios em 2025. Para quem recebe o piso nacional, os depósitos referentes a janeiro vão começar no dia 27 de janeiro e vão até 7 de fevereiro. Segurados com renda mensal acima do salário mínimo terão seus pagamentos creditados a partir de 3 de fevereiro.

[Especialistas informam que a linguagem simples é essencial para a segurança e saúde dos trabalhadores](#)

Fundacentro - 27/12/2024

“Em várias regiões do país, reforçamos a importância do direito de saber dos trabalhadores. Eles têm o direito de serem informados sobre os cuidados necessários para prevenir doenças e acidentes, um aspecto essencial para a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável”, informa a tecnologista da Fundacentro, Thaís Santiago, na abertura da mesa redonda “A Linguagem Simples na Difusão de Conhecimento em Segurança e Saúde no Trabalho”, realizada na sede do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro – Seconci-Rio.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Audiência define medidas de proteção aos 163 resgatados na fábrica da BYD](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/03/2023

A manutenção dos 163 trabalhadores resgatados em hotéis foi assegurada pela BYD Auto do Brasil Ltda. e a JimJiang Open Engineering até que sejam finalizadas as negociações para a rescisão dos contratos de trabalho. A garantia foi dada na tarde desta quinta-feira (26/12) durante audiência virtual conjunta das empresas com os representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Uma nova audiência foi agendada para dia 7 de janeiro para que seja apresentada uma proposta de termo de ajuste de conduta para avaliação das empresas investigadas pela submissão de trabalhadores a condição análoga à de escravos, comunicada por órgãos de Estado na última segunda-feira (23/12).

[Força-tarefa resgata 163 trabalhadores e interdita obra da BYD em Camaçari \(BA\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/03/2023

O resgate de 163 operários por estarem em condições análogas à de escravos e a interdição de alojamentos e trechos do canteiro de obras da planta onde a montadora de automóveis Build Your Dreams (BYD) está instalando uma fábrica no município de Camaçari, na região metropolitana de Salvador foi comunicado na manhã desta segunda-feira (23) à empresa e ao Jinjiang Group, uma das empreiteiras contratadas para realizar a obra. Os resgatados permanecem nos alojamentos, mas não poderão trabalhar e terão seus contratos de trabalho rescindidos.

Outras Notícias

[Resolução 224/2024 do TST e a nova sistemática recursal: alguns pontos de atenção e reflexão](#)

Consultor Jurídico - 27/12/2024

A Resolução nº 224/2024 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho, alterou a regra de processamento do recurso de revista, ao acrescentar à Instrução Normativa nº 40/2016 o artigo 1º-A.

[As expectativas para 2025 e o Direito do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 27/12/2024

2024 não foi um ano fácil. No âmbito jurídico, as dificuldades não foram menores, especialmente quando se trata do Direito do Trabalho. Decisões equivocadas do STF têm afastado a competência dessa Justiça Especializada, mesmo quando o ponto fulcral da lide é uma relação de trabalho. Outras tantas, ainda consideram válida a pejetização fraudulenta, mesmo quando existem elementos suficientes para comprovar a existência do vínculo de emprego.

[Objetivo é neutralizar a insalubridade do trabalhador, diz advogado](#)

Consultor Jurídico - 24/12/2024

Do ponto de vista da empresa, a melhor forma de lidar com o adicional de insalubridade é neutralizar os problemas que o trabalhador enfrenta com equipamentos de proteção de alta qualidade, além de uma análise técnica da função que será cumprida. A fala é do advogado Matheus Thiago Santin, gerente jurídico da JBS, que concedeu entrevista à série Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito.

[Gravação de celular prova assédio moral e vítima será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2024

A juíza Luciana Nascimento dos Santos, titular da Vara do Trabalho de Pará de Minas (MG), proferiu sentença que condenou uma empresa a indenizar ex-empregada por danos morais devido a assédio moral provado por gravação de áudio feita com celular. A trabalhadora atuava como vendedora em loja da empresa e alegou que, durante reunião com seu chefe, foi coagida a pedir demissão sob ameaça de justa causa, além de ser alvo de insultos.

[TST fortaleceu em 2024 modelo de precedentes, diz presidente da corte](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2024

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, afirmou que a corte está implementando medidas estruturantes para migrar para um modelo de precedentes. A declaração foi feita na última quinta-feira (19/12), no encerramento do ano judiciário. “Trabalhamos para quebrar antigos e menos eficazes paradigmas, substituindo-os por uma dinâmica que traga maior isonomia, segurança jurídica e eficiência”, afirmou.

[Alteração do artigo 389 do Código Civil e seu impacto no cálculo de condenações na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2024

A Lei nº 14.905/2024, embora não trate diretamente do direito do trabalho, reacendeu a discussão sobre a atualização dos valores devidos em decorrência de direitos reconhecidos na Justiça do Trabalho, ao acrescentar o parágrafo único ao artigo 389 do Código Civil, estabelecendo o uso do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para o cálculo de débitos quando não houver pacto convencional ou quando não existir previsão de índice específico em lei.

[Direito do Trabalho não pode se voltar só a empregado típico, diz professor](#)

Consultor Jurídico - 23/12/2024

O Direito do Trabalho continua com sua vocação protecionista, mas tem de se adaptar a novas realidades para incluir não só aqueles profissionais elencados pela Constituição, chamados de “empregados típicos”, mas também outras formas de relação laboral, como os autônomos. Essa é a percepção do professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Nelson Mannrich, que concedeu entrevista à série Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito.

[Trabalhador desmentido por geolocalização pagará R\\$ 53 mil por má-fé](#)

Migalhas - 27/12/2024

Trabalhador foi condenado ao pagamento de multa de R\$ 17 mil à empresa por litigância de má-fé após ser desmentido por provas técnicas baseadas em dados de geolocalização obtidos a partir de antenas de celular. O trabalhador ainda pagará mais R\$ 36 mil de custas correspondente a 20% do valor da causa.

[TRT-2: Câmara fria gera insalubridade, mas não caracteriza danos morais](#)

Migalhas - 24/12/2024

A 1ª turma do TRT da 2ª região reconheceu direito a adicional de insalubridade em grau médio a trabalhadora de rede de lanchonetes que atuava em câmara fria, mas negou o pleito por danos morais por não identificar humilhação ou constrangimento grave.

[FIESC-SESI/SC mira na prevenção de acidentes na construção civil e leva o Ouro e o Melhor Case da Região Sul](#)

Revista Proteção - 24/12/2024

A fim de diminuir a ocorrência de acidentes de trabalho no setor da construção civil em Santa Catarina, a FIESC – SESI/SC elaborou uma ferramenta capaz de prevenir condições impróprias de trabalho além de propiciar melhorias na operacionalidade e no atendimento normativo. Este setor está entre os três que mais registraram CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) entre 2019 e 2022. As estatísticas mostram que onde o programa foi implantado houve redução de acidentes, multas, embargos e ampliação dos cuidados com a SST nos canteiros de obras. O Programa Obra Mais Segura em SC foi o vencedor do Prêmio Proteção Brasil 2024 na categoria Ações Institucionais Voltadas à SST, com a distinção Ouro e também Melhor Case da Região Sul.

Atos Normativos

[LEI Nº 15.069, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 24/12/2024 Seção I Pág. 02) - Institui a Política Nacional de Cuidados;

[CIRCULAR Nº 1.079, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 24/12/2024 Seção I Pág. 192) - Divulga versão atualizada do Manual de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[PORTARIA MTE Nº 2.102, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 24/12/2024 Seção I Pág. 310) - Ficam revogados o § 1º e o § 2º do art. 26 e o inciso I do caput do art. 37 da Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023;

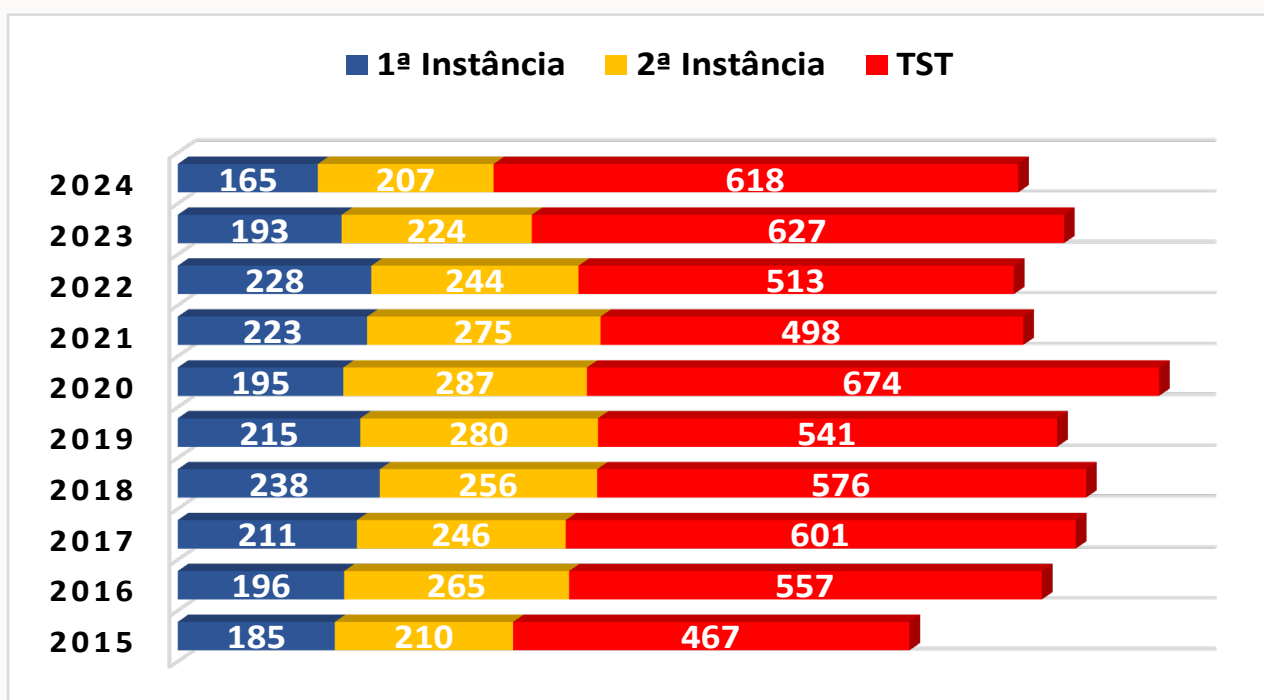
[PORTARIA MTE Nº 2.099, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 24/12/2024 Seção II Pág. 61) - Designar RAFAELE RODRIGUES MASCARENHAS MENEZES, matrícula nº 1954620, para exercer a função de Coordenador-Geral de Relações do Trabalho;

[LEI Nº 15.072, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 27/12/2024 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2024 (jan-out):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula